

Concepções Sobre Romance

Profª. Dra. Márcia Abreu¹ (UNICAMP)

Resumo:

Entre o meado do século XVIII e o início do XIX, os censores lusitanos tinham por obrigação examinar todos os originais que se almejava publicar, assim como todos os impressos que se queria pôr em circulação, expondo sua avaliação dos textos por meio de pareceres escritos. Esses pareceres serão analisados a fim de identificar suas concepções sobre romance (designação e definição do gênero, finalidade, parâmetros de avaliação). Paralelamente, serão observadas as aproximações e os distanciamentos entre seus discursos e as idéias expostas em Poéticas e Retóricas em circulação no período.

Palavras-chave: romance, leitura, crítica, censura.

O aparecimento e a ampla difusão do romance moderno, no século XVIII, causou, como se sabe, grande rebuliço no mundo das letras. A agitação deveu-se, sobretudo, a dois fatores: um de ordem interna e outro de ordem externa. Os romances causavam inquietação entre os letrados por não serem contemplados nos tratados clássicos de retórica e de poética, fazendo com que não houvesse regras pré-determinadas que permitissem avaliá-los, julgar sua qualidade interna e ponderar os efeitos causados sobre os leitores. Além da falta de parâmetros claros para composição e leitura destas obras, gerava inquietação também o fato de o gênero atrair públicos amplos e pouco cultivados, podendo ser lido solitariamente, sem supervisão ou orientação.

Sem lugar nos tratados em que se refletia sobre a produção e avaliação de obras de Belas Letras, a reflexão sobre os romances, em países como Inglaterra e França, se fez em espaços menos nobres, como os prefácios, posfácios ou notas.² No mundo português, a escrita de romances não alcançou grande impulso antes do século XIX, tornando, portanto, tardia a existência de paratextos reflexivos produzidos por escritores.

Em língua inglesa, o gênero fora incorporado, ainda que sem muito destaque, a um manual de retórica no final do século XVIII, quando já se contavam às centenas os romances publicados. Em 1783, o escocês Hugh Blair reservou, na última parte de seu *Lectures on rhetoric and belles lettres*, um pequeno espaço ao exame do que chamou de “Fictitious history”.³ Em quatro páginas, discutiu as características dessa “insignificante classe de escritos”, tratando da designação do gênero, de sua motivação e finalidade, do público a que se destinava, de sua origem e desenvolvimento, bem como de seu propósito (definido como instrumento para instrução moral dos leitores, fazendo-os aplaudir a virtude e repelir o vício, por meio da observação do comportamento de pessoas comuns em situações cotidianas).

Já em língua portuguesa, o pioneiro parece ter sido Francisco Freire de Carvalho, que na quarta edição das *Lições elementares de eloquência nacional*, publicada em Lisboa, em 1850, introduziu uma pequena seção destinada à “Literatura Amena”, compreendida por ele como “os gêneros de composição *Histórica, Philosophica, Dialógica, Epistolar e Romântico-Histórica*”.⁴ No prefácio desta edição, justificou a inclusão do tema pela inexistência de “coisa alguma impressa em Português acerca destes importantes assumptos”.⁵

Embora o autor tenha razão ao alardear a novidade do tema em letra impressa, os lusitanos não se furtaram à reflexão sobre o gênero ao longo do século XVIII e primeira metade do XIX. Se praticamente não há registros de textos críticos de ampla circulação, uma grande massa de comentá-

rios e avaliações de romances foi produzida no interior dos organismos de censura, aos quais cabia avaliar a conveniência de autorizar sua produção e circulação em Portugal e seus domínios. O funcionamento da censura sob a forma de tribunais forçou um conjunto de letrados a se reunir periodicamente para apresentar e discutir sua apreciação acerca de um gênero que conquistava cada vez mais espaço nas traduções e nas importações de livros. Para tanto, escreviam pareceres em que não apenas cumpriam o que determinava a lei, examinando a adequação política, religiosa e moral das obras, mas também apresentavam seu julgamento das qualidades internas dos textos e especulavam sobre seus possíveis efeitos sobre os leitores.

Esta comunicação tem por objetivo apresentar parte do que se produzia a respeito dos romances no interior dos organismos de censura lusitanos, dando a conhecer a reação dos censores ao gênero, seu esforço para defini-lo e avaliá-lo. Devido às limitações de tempo, não será possível recorrer a uma farta exemplificação, que tornaria evidente a vivacidade, o interesse e a curiosidade dos argumentos e idéias urdidos nos tribunais censórios entre meados do século XVIII – quando a entrada de romances em Portugal tornou-se mais freqüente – e 1832 – quando a censura aos impressos foi extinta. Desse período, conservaram-se em torno de 500 pareceres sobre obras ficcionais, em que os censores expõem suas idéias a fim de tentar convencer seus colegas e superiores da necessidade de proibir ou de autorizar a circulação de determinadas obras ficcionais. Embora esses textos permitam perceber particularidades individuais, o conjunto das avaliações mostra-se bastante homogêneo. Desse modo, nesta comunicação não destacarei as peculiaridade de um ou outro censor, mas sim suas consonâncias quanto à designação e definição do gênero, suas características internas e os efeitos causados nos leitores pelo contato com esses textos.⁶

Um primeiro elemento a destacar são as incertezas e as perplexidades suscitadas nos censores pela leitura das obras ficcionais que lhes cumpria examinar. Assim como os demais letrados do tempo, eles estavam inteiramente inseridos na tradição retórico-poética e julgavam as obras a partir das categorias ali fixadas, ficando, portanto, bastante desamparados quando se tratava da prosa ficcional. Essa questão inicial derivava da relativa novidade do gênero, para o qual não havia sequer uma designação estável.

Impressiona a quantidade de denominações apostas aos escritos ficcionais, referidos como “romance”, “novela”, “conto”, “história”, as quais se acrescentava, vez por outra, o adjetivo “moral”⁷. Observa-se, ainda, a oscilação, dentro de um mesmo texto, para referir uma mesma obra, entre a designação “romance” e “novela”, “conto” e “novella”⁸, “romance” e “poema”¹⁰ ou entre “novella” e “história”.¹¹ A indefinição faz com que muitos censores recorram a modalidades discursivas, explicitando a não coincidência entre a palavra escolhida e a coisa designada.¹² Eles referem-se ao texto avaliado como um “romance, ou como nos dizemos, novella”¹³, dizem que é “huma espécie de Romance”¹⁴, que se trata de “Anecdotas de diferentes Nações pintadas no estilo de Novellas”¹⁵, que a “Historia he huã especie de Novella”¹⁶, ou ainda que a obra “está escripta em ar de Romance”¹⁷. Outros expressam sua incerteza, recorrendo à conjunção alternativa “ou”, referindo-se ao texto lido como “conto ou Novella”¹⁸, “huma Historia fabuloza, ou hum Romance”¹⁹.

As fronteiras entre alguns gêneros, efetivamente, pareciam pouco definidas, fazendo com que autores e censores se confundissem no momento de estabelecer distinções entre textos historiográficos, anedotas e, até mesmo, hagiografias²⁰. As características internas do gênero, percebido por Bakhtin, mais de um século depois, como pluriestilístico,²¹ favoreciam essa confusão, pois as narrativas em prosa podiam ser vazadas nas mais variadas formas, fazendo com que os censores os caracterizassem, por exemplo, como “huma especie de romance, em q’o A. faz falar por Cartas duas Madamas”.²²

A dificuldade de definição do gênero não é um detalhe irrelevante, pois ela interfere na maneira como lemos um texto. Diante de uma obra historiográfica, os critérios de leitura são diferentes dos empregados na leitura de um texto ficcional, por exemplo. No século XVIII e princípio do XIX, isso era ainda mais relevante, pois a estrutura interna dos textos, sua linguagem e personagens eram

fortemente codificados em função dos gêneros a que pertenciam. Assim, para avaliar a adequação de uma obra, era essencial identificar a que gênero ela pertencia. Uma vez que os romances não haviam sido definidos na tratadística clássica, os censores faziam um esforço para aproximá-los de gêneros conhecidos.

Muito frequentemente, os censores afirmavam que a obra lida era “humã verdadeira Epopêia, ou Poema Epico em prosa; bem como o são todas aquelas composições, que os Francezes chamão Romans, os Espanhois Novellas”.²³ Aqueles que assim procediam valorizavam o romance, aproximando-o do gênero mais valorizado no interior das Belas Letras, a epopéia. Fazendo eco ao discurso letrado europeu contemporâneo, julgavam que os versos não eram o elemento central a caracterizar o épico, sendo, portanto, concebível entender a prosa ficcional setecentista como epopéia em prosa, tendo em vista seu componente narrativo. Outros, entretanto, viam maior proximidade com gêneros teatrais, asseverando que uma obra como “*Les égaremens de l’amour*” é uma “humã Historia fabuloza, ou hum Romance formalizado em varias cartas, q’ manifestaõ, encerraõ os erros, e extravagancias do amor profano, e q’ m^{as}. vezes se descobrem em Operas e Comedias.”²⁴ Nesse caso, percebe-se que o censor tateia, em busca de uma classificação, colocando lado a lado conceitos tão diversos quanto os de “Historia fabuloza”, “Romance”, “Opera” e “Comedia”. Alguns chegavam mesmo a rejeitar a designação aposta ao título pelo próprio autor, como aconteceu quando do exame de “*Novellas moraes de hum viajante anonymo*”. O censor indicou seu desagrado com a classificação ao referir-se aos textos como “as chamadas Novellas” e chegou à conclusão de que uma delas “naõ merece chamar-se Novella, mas sim Tragedia, emq. humã criada faz o papel de bobo, e gracioso.”²⁵ Mais uma vez, percebe-se o desejo de aproximar o texto de gêneros bem codificados, muito embora seja difícil entender o que fez o censor pensar em uma tragédia, tendo em vista que o tema e os personagens de baixa extração seriam mais próprios a uma comédia.

Muitas vezes, entretanto, a dificuldade de definição não era o maior dos problemas. Sem saber como classificar o livro “*Os perigos de humã primeira escolha*”, os censores declararam que ele:

Contem humã especie de Comedia em q’ as Figuras falam por Cartas, mas qual-quer dellas taõ pouco interessante, q’ Lida humã nada incita a Ler segunda: ejulgo q’ deve prohibir-se aleitura de toda aobra: porque o objecto nada interessa nem p^a. o exemplo, nem p^a. a instrução²⁶

Esse sucinto parecer, assinado pelos 3 membros da mesa censória, revela como as avaliações podiam, muitas vezes, recair sobre questões estéticas muito mais do que sobre temas religiosos, políticos ou morais, os quais, por força da lei deveriam ser o objeto da atenção dos censores. A avaliação principia, como de costume, pela tentativa de definição do gênero (“humã especie de Comedia em q’ as Figuras falam por Cartas”), a partir da qual seriam identificadas as características internas pelas quais seu mérito era apreciado. Nesse caso, os censores foram muito econômicos na apresentação das razões que os levaram a julgar a obra “pouco interessante”, talvez pela reduzida consideração pelo escrito. Embora sucintos, tocaram em pontos centrais: a instrução e o exemplo.

Assim como os demais homens de letras de seu tempo, eles acreditavam que a finalidade das obras ficcionais era provocar a instrução, aliada ao deleite originado pelo contato com um tema e uma forma narrativa agradáveis. Sua principal qualidade era instruir pela apresentação de uma situação exemplar a partir da qual se denunciavam os vícios e se enalteciam as virtudes. Foi justamente pela ausência da “instrução” e do “exemplo” que os censores julgaram adequado proibir a circulação de “*Os perigos de humã primeira escolha*”.²⁷ Acreditava-se que a leitura de romances afetava o gosto e o julgamento moral dos leitores, razão pela qual os censores criam estar prestando um bom serviço quando impediam a circulação de uma obra que não contribuía para a formação do que eles consideravam bom gosto nem para o fortalecimento do bom comportamento moral. Da mesma for-

ma, enalteciam as obras em que encontravam a instrução, o deleite e a edificação, como se vê no parecer produzido a propósito de “Cecile fille de Achmet”. Os três censores reunidos chegaram à conclusão de que se tratava de “hum Novela, q. edifica, e recrea ao mesmo tempo” e ponderaram:

O seu A. a divide em dous pequenos tomos, seguindo em ambos o mesmo estilo, o mesmo gosto, e instruindo acada passo os leitores no nada, q. são as grandezas do mundo, eo q^{to}. devem os Mortais procurar, e amar a virtude, aborrecendo os vícios. Se todas as Novelas fossem tão instructivas, como esta, posso afirmar sem o menor Receio, q. na sua leitura não se pode encontrar o menor perigo de corrupção. Este he o meu sentim^{to}. e por isso a julgo digna de correr, e São do mesmo parecer os dep^{dos}. adjuntos.²⁸

Como se vê, os tribunais censórios foram, em algumas circunstâncias, espaços de louvor das qualidades das obras e não apenas, como usualmente se pensa, de interdição e eliminação de escritos. O livro examinado ensinava a “amar a virtude, aborrecendo os vícios”, por meio da apresentação da vanidade das glórias mundanas, à qual se conjugava um estilo correto, sendo, portanto, digno de circular.

Desta forma, não bastava encontrar na obra uma boa instrução moral, pois, em muitos casos, o elemento central na avaliação dos censores era a qualidade textual. Foi o que ocorreu quando do exame do livro “A virtude exercitada ou heroismo chinez”, que, como se vê no trecho abaixo, atendia satisfatoriamente as expectativas quanto à instrução e moralização, mas não quanto à forma:

[o livro] nos pertende dar como hum modelo de virtude, esabedoria a historia das acçoens de hum Filozofa Chinez, que viveo no seculo IV^o, acompanhada de alguãs maximas, e sentenças moraes, que se lhe attribuem. Ainda que nesta historia se encontrem na verd^e. alguãs regras dehuã moral solida, e sãa, e alguns exemplos de virtude, que fazem honra a memoria do seo heroe, todas estas couzas em si preziosas se achão como envolvidas em lodo pela falta de ordem, de nexo, ededução, por muitas incepcias, e futilid^{es}. que mistura o A. por hum estylo pueril, improprio, e falto de correcção deque uza pela falta de critica, ede bom senso.²⁹

Essas ponderações originavam-se de um modo de ler forjado a partir do profundo conhecimento que esses homens tinham da reflexão retórico-poética, que os fazia examinar a conexão entre as partes, a adequação do estilo e a correção da linguagem. A ausência destas características fez com que os censores proibissem a impressão da obra, não sem antes advertir o autor, recomendando que se esforçasse no sentido de “fazer por adquirir com a Lição dos bons Livros o bom senso, e gosto, o espirito de solidez, e de ordem, e formar pr.¹ [principalmente] que tudo formar o seo estylo; porque sem estas qualid^e. não podem ser bem aceitas as suas obras”.

Os pareceres eram remetidos aos responsáveis pela apresentação do texto à censura, fossem eles os autores ou os editores, de modo que a avaliação dos censores tinha uma dimensão pública e interferia efetivamente na cultura da época, não apenas por permitir ou interditar determinados livros, mas por fazer com que diversas obras fossem reescritas a partir das críticas apresentadas em seus pareceres. O conselho dado ao autor de “A virtude exercitada ou heroismo chinez”, para que ele buscasse aprimorar seu estilo pelo contato com “bons Livros”, mostra, uma vez mais, a sintonia dos censores com o modo erudito de ler as Belas Letras. Acreditava-se que a leitura correta consistia na comparação do texto lido com os modelos de excelência no gênero.³⁰ Essa era uma das razões que dificultava a aceitação do romance, pois, não pertencendo à tradição clássica, não contava com um conjunto de obras canônicas com as quais cotejar as centenas de novos títulos que surgiam

a cada ano. Fiéis a esse modo de pensar, os censores esforçavam-se para definir o paradigma do gênero, com o qual cotejar os escritos que deveriam julgar. Os encarregados da avaliação da “Chronica do Beleandro”, não tiveram muita dificuldade para encontrar o texto de referência ao qual se reportar. Segundo eles, a obra

contém hum grande numero de novelas, escripto no gosto das cavallarias andantes; porem muito differente do q’ teve Miguel de Servantes na composição do seu D. Quixote; porq’ a leitura deste recreia, e utiliza e a Chronica / q^{to}. a mim / , será sempre sem proveito, e enfadonha, e por isso deve ser excusada.³¹

Fica evidente que a leitura realizada opera por comparação. Identificado o texto como sendo novela de cavalaria, o modelo de excelência pareceu claro: *Dom Quixote*. Comparado ao melhor exemplar do gênero, ele pareceu aborrecido e sem serventia, razão pela qual sua circulação foi proibida.

Dessa maneira, não há obra boa ou má absoluto; há, sim, proximidades e distanciamentos com o que de melhor se produziu em *determinado gênero*. Ainda que não houvesse consenso sobre quais seriam os textos modelares quando se tratava de ficção, quase todos os censores avaliavam positivamente as *Aventuras de Telêmaco* (visto como “hũ Poema Epico, escrito em prosa”, “hũa completa Novella, tal he o Telemaco de Fenelon”³²), os livros de Samuel Richardson (cujas “Novellas”, “fizerão epoca neste genero da bella Literatura, dando lhes huma dignidade até entãõ incógnita”³³, entre as quais se destacam *Pamela* e *Clarissa*), ou os de Alain René Le Sage (“Author a q^m. o felis successo, com q’ deo nova forma a Varias Novellas Espanholas adquirio na Republica das Letras a fama, de ter maior capacidade e vocação para similhantes tarefas, do q’ muitos outros tinhaõ mostrado ate ao seu tempo”, com destaque para a *História de Gil Blas* ³⁴), entre outros. Nem sempre seu juízo foi confirmado pela posteridade, mas eles tomaram parte no processo de canonização de algumas obras e escritores.

Por isso, e para concluir, eu gostaria de propor a idéia de que os organismos de censura fossem compreendidos não apenas como ambientes de interdição de textos e de restrição ao trânsito de obras, mas também como espaço de reflexão sobre as Belas Letras e um dos poucos locais em que a prosa ficcional era seriamente discutida no mundo luso-brasileiro no século XVIII e princípio do XIX. Apesar de fazerem coro aos letrados de seu tempo na rejeição ao gênero romanesco, eles eram obrigados, ao contrário dos retores e professores de retórica e poética, a ler e examinar com minúcia centenas de obras ficcionais, mesmo as mais imperfeitas. Ao mesmo tempo em que condenavam diversos textos ao desaparecimento, localizavam, vez por outra, um escrito que consideravam de alto valor, elaborando, então pareceres laudatórios em relação ao autor, à obra ou à tradução. Nem sempre, entretanto, a identificação de uma má composição levava à recusa de licença para impressão ou venda. Alguns censores mais benevolentes (ou mais cansados) limitavam-se a registrar, em seus pareceres, os defeitos observados, liberando, em seguida, a obra.³⁵

Tomando o tratado de Blair como uma referência do que se pensava sobre romances no final do século XVIII, os pareceres elaborados nos organismos de censura evidenciam uma notável sincronia com a reflexão produzida no resto da Europa. A idéia de que os censores podem ser entendidos como ancestrais dos modernos críticos literários encontra amparo no próprio vocabulário da época em que o termo “censura” designava não apenas a definição do que poderia ir a público, mas também o exame da qualidade dos textos já em circulação. É o que se vê, por exemplo, em parecer preparado por João Guilherme Christiano Müller, em 1797, a propósito do texto “O Filosofo da Sociedade ao Filosofo Solitário”, no qual ele declara já ter lido o livro em momento anterior e diz: “Eu naquelle tempo ainda não aspirava a honra de servir a Voss^a. Magd^e. na qualidade de Censor,

mas fui encombidado de fazer a sua Censura para o Uso do mundo literario nos Jornaes estrangeiros.”³⁶

Por essas razões, proponho que os censores luso-brasileiros sejam incluídos na designação “pioneiros e esquecidos” e possam, de direito, tomar parte nessa mesa destinada à apresentação dos letrados, hoje desconhecidos, que desenvolveram as primeiras reflexões sobre o gênero romanesco.

Autor

¹ **Márcia ABREU, Profa. Livre Docente.**

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Departamento de Teoria Literária – Instituto de Estudos da Linguagem

E-mail: marcia.a.abreu@gmail.com

² Ver, a respeito, VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira de. *A Formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. 1ª edição São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2007.

³ “Fictitious history”. In: BLAIR, Hugh. *Lectures on rhetoric and belles lettres*, with a memoir of the author’s life to which are added copious questions; and an analysis of each lecture by Abrahams Mills. Philadelphia: T. Ellwood Zell & Co. 1866. Além do romance, o tratado de Blair discutia os escritos históricos, filosóficos e a epistolografia. A grande difusão do trabalho de Blair fez surgir edições abreviadas, nas quais se mantém, ainda que de forma resumida, as considerações sobre os escritos ficcionais. BLAIR, Hugh. *An Abridgment of Lectures on Rhetoric. With Questions*. Wendell, Mass. J. Metcalf Printer, 1823. Sobre a importância do tratado de Blair no Brasil ver MARTINS, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea – José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina: Eduel, São Paulo: Edusp, 2005.

⁴ CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições elementares de eloquência nacional para uso da mocidade de ambos os hemisferios, que falla o idioma portuguez*. Quinta edição. Lisboa: na Typographia Rollandiana, 1856. A respeito da presença dos romances em tratados retóricos ver MARTINS, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea – José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina: Eduel, São Paulo: Edusp, 2005 e AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*, Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp. Disponível em www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br

⁵ “Ao Leitor”. Prefácio à Quarta Edição, op. cit. p. 3. Neste Prefácio, ele pondera que “attendendo ao methodo por extremo acanhado, com que d’há longos tempos tem sido ensinada em Portugal a Arte Oratório, tem o mesmo Autor razões de sobejo para asseverar, que tanto o novo Capítulo, como outros das suas *Lições Elementares d’Eloquencia* [...] não terão uso nas Escolas actuaes.” (p. 4)

⁶ Os censores designados para examinar obras de Belas Letras eram homens com forte formação humanística. Alguns eram religiosos; outros, professores de retórica e poética; outros, ainda, eram membros de Academias lisboetas. Os tribunais em que se reuniam caracterizavam-se, portanto, pela erudição de seus membros. Sobre a composição dos organismos de censura e sobre a seleção dos censores ver ABREU, Márcia. “A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834)” revista *Cultura Escrita y Sociedad*. Sevilla: 2007 e ABREU, Márcia. “O “Mundo Literário” e a “Nacional Literatura”: leitura de romances e censura”. In: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2008.

⁷ Ver parecer 1769 – Alcebiade (conto moral); 1769 – Le Doyen de Killerine (historia moral). ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

⁸ 1768 - “Les amours de Tibulle”, exarado em 5 de julho de 1768 por António Pereira de Figueiredo. ANTT - RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 4, 1768, nº 49, censura nº. 4.

⁹ Ver parecer 1772 – Os amores de Lord Thalley. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹⁰ Ver parecer 1774 – Os sábios do século. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹¹ Ver parecer 1769 – Le Doyen de Killerine. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹² Modalizadores são marcas lingüísticas definidas por Dominique Mainguenuau como o “tipo de emprego em que o enunciador se refere ao uso dos signos em si mesmos e se opõe ao uso corrente”. Ele conceitua quatro tipos de

modalizações autonômicas: não-coincidência interlocutiva, não-coincidência do discurso consigo mesmo, não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras consigo mesmas. O uso feito pelos censores mostra uma “não-coincidência entre as palavras e as coisas”, pois se trata de indicar que as palavras empregadas não correspondem exatamente à realidade que deveriam designar. MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

¹³ Ver parecer 1777 – L’erreur d’un moment. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres. Curiosamente, o censor, que indicara a preferência pelo termo novela, refere-se à obra, ao longo de seu parecer, apenas como “romance”.

¹⁴ Ver parecer 1782 – Les confessions. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹⁵ Ver parecer 1787 – Decameron. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹⁶ Parecer relativo a “Historia de Miss Honora”, exarado em 7 ago 1769, e assinado por Fr. Joaquim de Santa Ana, Fr. João Baptista de S. Caetano, Fr. Manuel da Ressureição. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 5, 1769, nº 101, censura n. 2.

¹⁷ Ver parecer 1789 - Carolina de Litchfield. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹⁸ Ver parecer 1777 – Contes Moraux - ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

¹⁹ Ver parecer 1783 – Les égaremens de l’amour - ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

²⁰ Ver parecer 1768 – Vida de Santa Magdalena - ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

²¹ BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética – Teoria do Romance*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 73-76.

²² Parecer relativo a “Mariage du siècle ou lettres de madame la comtesse de Castelli a madame la Barone de Freville”, exarado em 1 de agosto de 1768 por Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 4, 1768, nº 94, censura n. 2.

²³ Em 1768, ao examinar o livro *Les Amours de Tibulle*, o padre Antonio Pereira de Figueiredo sentiu necessidade de reproduzir em seu parecer a definição de gênero apresentada pelo próprio autor, Mr. de la Chapelle, no prefácio à obra. Segundo ele, sua obra era “huma verdadeira Epopêa, ou Poema Epico em prosa; bem como o são todas aquelas composicoens, que os Francezes chamaõ Romans, os Espanhois Novellas”. Parecer relativo a “Les amours de Tibulle”, exarado em 5 de julho de 1768 por Antônio Pereira de Figueiredo. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 4, 1768, nº 49, censura nº. 4.

²⁴ Ver parecer 1783 - Les égaremens de l’amour. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

²⁵ Ver parecer 1787 - Novellas moraes de hum viajante anonymo. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

²⁶ Ver parecer 1787 - Os perigos de huma primeira escolha. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

²⁷ Esse não é, de forma alguma, um caso isolado. Ver, por exemplo, o parecer relativo a “Historia de Miss Honora”, em que os censores proibiram sua circulação “por conterem cousas de nenhum interesse, de nenhuma instrucção”. Parecer exarado em 7 ago 1769, e assinado por Fr. Joaquim de Santa Ana, Fr. João Baptista de S. Caetano, Fr. Manuel da Ressureição. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 5, 1769, nº 101, censura n. 2.

²⁸ Parecer relativo a “Cecile fille de Achmet, 3º empereur des turcs”, exarado em 7 abr 1788 e assinado por Luis de Santa Clara Pova, Pascoal José de Melo e Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 14, 1788, nº 17.

²⁹ Parecer relativo a “A virtude exercitada ou heroismo chins”, exarado em 20 nov 1788 e assinado por Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, Antônio de Santa Marta Lobo da Cunha, Pascoal José de Melo. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 14, 1788, nº 65.

³⁰ A respeito das práticas de leitura de Belas Letras ver, ABREU, Márcia. “Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil colonial”. In: *Leitura, História e História da Leitura*, Campinas, Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000, pp. 213 a 234

³¹ Parecer relativo a “Chronica do Beleandro (1º tomo)”, exarado em 17 jan 1783 e assinado por Fr. Francisco Xavier de Santa Ana Fonseca e Fr. Joaquim de Santa Ana. RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 12, 1783, nº 2, censura 3.

³² Ver parecer 1797 - Lances da ventura. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

³³ Ver parecer 1798 – Pamela. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

³⁴ Ver parecer 1798 - Bacharel de Salamanca. ANTT – RMC - Censuras e Pareceres.

³⁵ São inúmeros os exemplos. Ver, entre outros, o parecer 1790 – Nova correspondencia (em pareceres sucintos).

³⁶ Parecer exarado em 10 de maio de 1797 a propósito de “O Filosofo da Sociedade ao Filosofo Solitário”. RMC - Caixa 29 - 1797 – mai – 10.